
***Via Brasil MT 100
Concessionária de
Rodovias S.A.***

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá, 30 de abril de 2020


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo				Passivo e Patrimônio líquido			
	Notas	31/12/2019	31/12/2018		Notas	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		5.038	3.746	Circulante		52.288	494
Caixa e equivalentes de caixa	3	439	3.032	Fornecedores	11	23.021	336
Clientes	4	2.030	-	Empréstimos e financiamentos	12	181	52
Impostos a recuperar		10	30	Passivos de arrendamentos	10	5.231	-
Adiantamentos	5	2.177	18	Salários e encargos sociais a pagar	13	482	80
Partes relacionadas	6	34	226	Encargos tributários a pagar	14	909	26
Outros ativos circulantes	7	348	440	Impostos e contribuições parceladas		105	-
				Partes relacionadas	6	22.275	-
Não circulante		78.988	13.214	Outras contas a pagar		84	-
Títulos e Valores Mobiliários		5	5	Não circulante		21.935	301
				Empréstimos e financiamentos	12	1.002	301
Imobilizado	8	619	260	Passivos de arrendamentos	10	20.933	-
Intangível	9	52.419	12.949				
Direito de uso	10	25.945	-	Patrimônio líquido		9.803	16.165
				Capital social	15	18.000	18.000
				Prejuízos acumulados		(8.197)	(1.835)
Total do ativo		84.026	16.960	Total do passivo e patrimônio líquido		84.026	16.960

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	16	43.363	766
Custos dos serviços prestados	17	(46.236)	(1.385)
Prejuízo bruto		(2.873)	(619)
Receitas (despesas) operacionais		(2.507)	(1.208)
Despesa gerais e administrativas	18	(4.078)	(1.165)
Despesas comerciais		(182)	(43)
Outras receitas (despesas)	19	1.753	-
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		(5.380)	(1.827)
Resultado financeiro	20	(982)	(8)
Despesas financeiras		(983)	(8)
Receitas financeiras		1	-
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(6.362)	(1.835)
Imposto de renda e contribuição social Corrente		-	-
Prejuízo do exercício		(6.362)	(1.835)
Prejuízo por ação - em reais	21	(0,3534)	(0,1019)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Prejuízo do exercício	(6.362)	(1.835)
Outros resultados abrangentes	-	
Total dos resultados abrangentes	<u>(6.362)</u>	<u>(1.835)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Integralização de capital em 3 de agosto de 2018	18.000	-	18.000
Prejuízo do exercício	-	(1.835)	(1.835)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	18.000	(1.835)	16.165
Integralização de capital	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	(6.362)	(6.362)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	18.000	(8.197)	9.803

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(6.362)	(1.835)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício as atividades operacionais		
Depreciação e amortização	1.175	4
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	79	3
Juros apropriados sobre arrendamento mercantil	20	-
(Aumento)/redução nos ativos		
Contas à receber	(2.030)	-
Demais contas a receber e adiantamentos	(2.066)	(458)
Impostos a recuperar	20	(30)
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	22.685	336
Passivo de arrendamentos	(136)	-
Encargos tributários a pagar	883	26
Salários e encargos sociais a pagar	402	80
Impostos e contribuições parcelados	105	-
Demais contas a pagar	137	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	14.912	(1.874)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(40.723)	(13.213)
Aquisição de títulos	-	(5)
Caixa líquido aplicado nas Atividades de investimento	(40.723)	(13.218)
Terceiros		
Captação de empréstimos e financiamentos	900	350
Amortização de empréstimos e financiamentos	(70)	-
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(79)	-
Acionistas		
Empréstimos entre partes relacionadas	22.467	(226)
Integralização de capital	-	18.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	23.218	18.124
Aumento líquido (redução) nos saldos de caixa e equivalentes de caixa	(2.593)	3.032
Caixa e equivalente de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.032	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	439	3.032

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 29 de junho de 2018, com sede em Cuiabá- MT.

Tem por objetivo social único e exclusivo a atuação como concessionária de trecho de 91,4 km da rodovia MT 100 entre os municípios de Alto Araguaia e Alto Taquari, mediante cobrança de pedágio e prestação dos serviços de conservação, reparação, manutenção, implantação de melhorias e operação do trecho rodoviário estadual, conforme objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 01 do Edital de Licitação nº 01/2018 da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística - SINFRA/MT.

A concessão tem prazo de 30 anos e faz parte da primeira etapa do programa Pró-Estradas Concessões, voltado à melhoria da logística de transportes do Estado de Mato Grosso.

O direito de outorga foi arrematado em leilão público conduzido pela B3 no ano de 2018. Com a concessão, a rodovia deve receber investimentos de R\$ 351.000.

1.1. Planos da Administração

No exercício de 2019 Companhia realizou os investimentos previstos para o 1º ano do Contrato de Concessão, visando dotar a rodovia de condições de trafegabilidade e segurança, cumprindo as condições contratuais estipuladas para permitir o início da cobrança do pedágio, iniciada em dezembro de 2019.

Com o início da arrecadação de pedágio, a Administração projeta início de geração de caixa e, assim, reversão do capital circulante líquido negativo no exercício de 2020.

A Administração considera, para cumprimento do plano de investimentos da Concessão, como fontes de recursos: aportes de capital de acionistas, financiamentos de longo prazo a serem obtidos nos anos de 3 a 5 da concessão (2021 a 2023) e geração de caixa da Companhia.

1.2. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 30 de março de 2020.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. A declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo CPC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impairment de ativos não financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

2.3. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

2.4. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente no exercício dessas demonstrações financeiras.

2.4.1. Reconhecimento da receita

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços, qual seja, na passagem dos veículos pelas praças de pedágios. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes, abatimentos e descontos. Eventuais valores de meios de pagamentos com prazo entre a utilização da rodovia e o recebimento financeiro são reconhecidos como contas a receber de clientes.

A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

Receitas e despesas financeiras: A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Receitas de construção: A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção

previstos. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

Receita de remuneração dos ativos de concessão: Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor de investimento.

Receitas de operação e manutenção: Após a fase de implantação da infraestrutura, inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

2.4.2. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis. Com relação às aplicações financeiras e instrumentos classificados como caixa e equivalente de caixa, posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação conforme segue:

- **Passivos financeiros:** Passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

2.4.3. Ativo circulante e não circulante

- **Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

- **Imobilizado:** O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que não integram os ativos objetos dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil com o valor líquido da venda, e são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais, na demonstração dos resultados.

- **Ativo intangível:**

a) Intangível - Contratos de concessão

A Companhia detém contrato de concessão para exploração rodoviária mediante cobrança de pedágio firmado com o poder concedente.

A Companhia reconhece o ativo intangível ou ativo financeiro à medida em que realiza os investimentos vinculados ao Contrato de Concessão e detém o direito (autorização) de cobrança de tarifa dos usuários dos serviços públicos, conforme ICPC 01 (R1) e OCPC 05.

Neste modelo, a partir da data da assinatura do Contrato de Concessão, a Companhia registra os investimentos realizados no ativo intangível, ativo este recuperado por tarifa durante a concessão.

Nos ativos intangíveis, os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor.

2.4.4. Passivo circulante e não circulante

- **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.
- **Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.
- **Impostos e contribuições:** Os impostos e contribuições federais e municipais são registrados pela receita de pedágio realizada em cada período e reconhecido no passivo circulante.

Imposto de renda e contribuição social: No exercício de 2019, a companhia optou pelo regime de apuração do lucro real.

- **Provisões e contingências:** As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

- **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- **Resultado por Ação:** De acordo com o CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

2.4.5. Estimativas e premissas críticas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

- a) **Tributos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, que poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes. O julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

- b) **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro, que impacta a avaliação de continuidade operacional da Companhia.
- c) **Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura (Receita de Construção):** A Companhia registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão. Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado.

Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura.

2.5. Mudanças em políticas contábeis.

2.5.1. Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019

A seguinte nova norma foi emitida e já está em vigor para o exercício de 2019.

. CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2) entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

. ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento Tributos sobre o Lucro: Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro quando houver incerteza entre tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação.

A Companhia, avaliou e adotou a interpretação dessa norma também pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2019, no entanto, não tiveram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da sociedade.

A Companhia adotou a norma que resultou na contabilização de ativos de direto de uso e passivos de arrendamentos de uso nos valores de R\$ 26.164, respectivamente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e saldos em conta corrente bancária	439	3.032
	439	3.032

4. Clientes

Refere-se aos valores a receber de pedágios cobrados através de operadoras de sistemas de arrecadação:

	31/12/2019	31/12/2018
Clientes - Operadoras de sistema de arrecadação	2.030	-
	2.030	-

O prazo médio de recebimentos das operadoras do sistema de arrecadação é de 28 dias. Até o encerramento do balanço não tínhamos estimativas de perdas de créditos de liquidação duvidosa, assim como não havia nenhum título vencido.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Adiantamentos

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Adiantamento a funcionários	7	-
Adiantamentos a fornecedores (a)	2.170	18
	<u>2.177</u>	<u>18</u>

(a) Refere-se aos valores de adiantamentos de prestação de serviços na execução de obras no perímetro da rodovia.

6. Partes relacionadas

O saldo de partes relacionadas é composto principalmente por adiantamentos para futuro aumento de capital dos acionistas, demonstrado no passivo da Companhia. A posição ativa refere-se a equalização de aportes de capital.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo circulante		
Conasa Infraestrutura S.A.	-	5
Fremix Pavimentação e Construções Ltda	34	-
Zetta Infraestrutura E Participacoes S.A.	-	221
	<u>34</u>	<u>226</u>
Passivo não circulante		
Conasa Infraestrutura S.A.	9.684	-
Construtora Rocha Cavalcante Ltda	2.574	-
Cld Construtora, Lacos Detetores E Eletronica Ltda	6.295	-
Zetta Infraestrutura e Participacoes Ltda	1.846	-
FBS Construção Civil e Pavimentação S.A.	1.876	-
	<u>22.275</u>	<u>-</u>
Total líquido de partes relacionadas	<u>(22.241)</u>	<u>226</u>

6.1. Serviços administrativos compartilhados pela Conasa

A Companhia contratou o Centro de Serviços Administrativos Compartilhados de sua acionista Conasa para realizar todos os serviços financeiros, contábeis, fiscais, de recursos humanos, jurídicos e de TI, além de outros serviços correlatos. A Companhia mantém o saldo a pagar de R\$ 28 em 31 de dezembro de 2019, e totalizou o montante de R\$ 336 de serviços administrativos durante o exercício de 2019 (R\$ 56 em 2018).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.2 Remuneração dos administradores

As despesas referentes a remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro 2019, totalizaram R\$ 900 (R\$ 75 em 2018). O Conselho de Administração aprovou remuneração anual da diretoria em R\$ 900.

A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

7. Outros ativos circulantes

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Despesas antecipadas		
Seguro garantia/contratos	273	439
Seguros de veículos	75	1
	<u>348</u>	<u>440</u>

8. Imobilizado**8.1. Composição**

Grupos de imobilizado	Taxa Depreciação ao ano	31/12/2019		31/12/2018	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	380	(16)	364	124
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	1	-	1	1
Computadores e periféricos	20	277	(32)	245	125
Instalações	10	10	(1)	9	10
		<u>668</u>	<u>(49)</u>	<u>619</u>	<u>260</u>

A Administração avaliou que não há indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

8.2. Movimentação do ativo imobilizado:

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2019
Custo				
Móveis e utensílios	124	255	(14)	365
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1	-	(0)	1
Computadores e periféricos	125	149	(30)	244
Instalações	10	-	(1)	9
	<u>260</u>	<u>404</u>	<u>(45)</u>	<u>619</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2019
 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível

9.1. Composição

	31/12/2019		31/12/2018	
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Softwares e redes	128	(5)	123	14
Investimento em rodovias	8.025	(67)	7.958	560
Trabalhos iniciais/recuperação	32.931	(741)	32.190	192
Despesas de contratos de concessão	1.901	(5)	1.896	1.901
Outorga	10.282	(30)	10.252	10.282
	53.267	(848)	52.419	12.949

9.2. Movimentação do ativo intangível:

	Saldo em		Depreciação	Saldo em	
	31/12/2018	Adições		31/12/2019	
Softwares e redes	14	114	(5)	133	
Investimento em rodovias	560	7.466	(66)	7.960	
Trabalhos iniciais/recuperação	192	32.739	(741)	32.190	
Outros	1.901	-	(18)	1.883	
Outorga	10.282	-	(29)	10.253	
	12.949	40.319	(849)	52.419	

A Administração avaliou que não há indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda estimada (impairment) foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

9.3. Descrição de Concessão e vigência

A Companhia é concessionária dos serviços públicos precedidos da execução dos serviços de conservação, reparação, manutenção, implantação de melhorias e operação do trecho rodoviário estadual do Lote 01 - Alto Araguaia, compreendendo o trecho MT 100 - Extensão 111,90 km. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, podendo prosseguir com suas atividades em caso de prorrogação do prazo de vigência da concessão.

9.4. Amortizações

A amortização será realizada de acordo com o prazo de vigência da concessão ou prazo de vida útil do respectivo investimento, caso inferior ao prazo de concessão. Para os investimentos realizados durante a vigência do contrato, a amortização é realizada de forma proporcional, coincidente com a data de finalização da concessão. O início de amortização se deu no momento em que a Companhia começou a ter receitas de pedágio.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Direito de uso e passivo de arrendamentos

Refere-se ao contrato na modalidade “Built Suit” das praças de pedágio, o sistema de gerenciamento e arrecadação das praças de pedágio, assim como o aluguel das salas comerciais onde estão localizados o centro de operações em Cuiabá. Foram registrados conforme CPC 06 (R2).

10.1 Direito de uso

		31/12/2019		31/12/2018	
	Taxa				
	Amortização	Amortização	Direito de uso	Direito de	
	Média Anual	Custo	acumulada	líquido	uso líquido
Direito de uso - Built to Suit (a)	23,52%	21.041	(131)	20.910	-
Direito de uso - Sistema de Arrecadação	20,00%	4.860	(81)	4.779	-
Direito de uso - Outros arrendamentos	18,51%	325	(69)	256	-
		26.226	(281)	25.945	-

(a) Em 08 de abril de 2019 a Via Brasil MT-100 firmou contrato de locação de ativos atípica com a Conseng Engenharia Ltda, em regime de construção sob medida (denominado built to suit), com objetivo de realizar obras no sistema rodoviário e obras acessórias, com respectivo valor de locação de R\$ 561 mensais a serem pagos em 48 parcelas corrigidas pelo IPCA.

10.1.1 Síntese da movimentação do direito de uso:

	Adoção Inicial	Adições	Amortização	Saldo em 31/12/2019
Custo				
Direito de uso - Arrendamentos	26.164	62	(281)	25.945
	26.164	62	- 281	25.945

10.2 Passivo de arrendamentos

	31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante		
Passivos de arrendamentos	8.060	-
(-) Juros sobre passivos de arrendamentos	(2.829)	-
Total do passivo circulante	5.231	-
Passivo não circulante		
Passivos de arrendamentos	25.163	-
(-) Juros sobre passivos de arrendamentos	(4.230)	-
Total do passivo não circulante	20.933	-
Total de passivo de arrendamentos	26.164	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.2.1 Movimentação:

	Adoção Inicial 01/01/2019 (Custo)	Ajuste a Valor	Pagamentos	Novos Contratos	Saldo em 31/12/2019
Built to Suit (a)	26.940	(5.898)	-	-	21.042
Sistema de Arrecadação de pedágios	5.991	(1.131)	-	-	4.860
Outros arrendamentos	449	(51)	(136)	-	262
	<u>33.380</u>	<u>(7.080)</u>	<u>(136)</u>	<u>-</u>	<u>26.164</u>

11. Fornecedores

O saldo do passivo, relacionados a fornecedores, estão divididos em contratos de obras dos trabalhos iniciais, com parte a ser pago após a conclusão das obras e início da arrecadação, e outros fornecedores de serviços.

	31/12/2019
Fornecedores - Contratos a realizar	
Viapav Construções SPE	16.145
Conseng Engenharia Ltda	3.958
	<u>20.103</u>
Fornecedores	
Outros fornecedores	2.918
	<u>2.918</u>
	<u>23.021</u>

12. Empréstimos e financiamentos

12.1. Composição

A conta de empréstimos e financiamentos está composta, em sua totalidade, por empréstimo tomado junto ao Banco Sicoob para aquisição de equipamentos para o escritório central, tomado em dezembro de 2018, a ser pago em 60 parcelas iguais mensais, conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante		
Empréstimos de capital de giro	393	100
(-) Juros passivos a vencer	(212)	(48)
	<u>181</u>	<u>52</u>
Passivo não circulante		
Empréstimos de capital de giro	1.399	399
(-) Juros passivos a vencer	(397)	(98)
	<u>1.002</u>	<u>301</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.2. Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2018	353
Captações	900
(-) Pagamentos do principal	(70)
(-) Pagamentos de juros	(79)
Provisão de juros	79
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.183

A Companhia não possui *covenants* financeiros em seus contratos de empréstimos, financiamentos e de arrendamentos, e cumpre integralmente seus *covenants* não financeiros em 31 de dezembro de 2019.

13. Salários e encargos sociais a pagar

	31/12/2019	31/12/2018
Salários a pagar	168	20
INSS a recolher	142	17
FGTS a recolher	19	3
IRRF sobre folha a recolher	36	13
Provisões sobre férias e 13º salário e encargos	117	27
	482	80

14. Encargos tributários a pagar

	31/12/2019	31/12/2018
PIS e COFINS sobre receitas a pagar	120	-
ISS sobre receitas a pagar	122	-
IRRF sobre serviços terceiros a recolher	24	12
PIS/COFINS/CSLL retido na fonte	81	13
ISS retido na fonte	152	-
INSS retido na fonte	410	1
	909	26

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio Líquido

15.1. Capital social

O capital social é de R\$ 18.000 totalmente subscrito e integralizado, representado por 18.000.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real). Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Conasa Infraestrutura S.A.	7.200.000	40%	7.200.000	40%
Cld Construtora, Lacos Detetores E Eletronica Ltda	4.680.000	26%	4.680.000	26%
Zetta Infraestrutura E Participacoes S.A.	2.160.000	12%	2.160.000	12%
Construtora Rocha Cavalcante	2.160.000	12%	2.160.000	12%
Fbs Construcao Civil E Pavimentacao S.A.	1.620.000	9%	1.620.000	9%
Fremix Pavimentacao E Construcoes Ltda	180.000	1%	180.000	1%
	18.000.000	100%	18.000.000	100%

16. Receita operacional líquida

	31/12/2019	31/12/2018
Receita de Pedágio (a)	3.286	-
Receita de Construção	40.319	766
Impostos e contribuições sobre receita	(242)	-
Receita operacional líquida	43.363	766

(a) A Companhia iniciou a cobrança de pedágio em dezembro de 2019.

17. Custos dos serviços prestados

	31/12/2019	31/12/2018
Custos dos serviços prestados		
Custos com materiais e insumos na operação	(433)	(43)
Mão de obra na operação	(1.035)	(84)
Custos com serviços de terceiros na operação	(3.383)	(492)
Depreciação e amortização	(1.066)	-
Custos de construção	(40.319)	(766)
	(46.236)	(1.385)

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas gerais e administrativas		
Salários, encargos e outras despesas com pessoal	(985)	(284)
Honorários, consultorias e auditorias	(1.913)	(339)
Viagens, estadias e refeições	(547)	(207)
Depreciação e amortização	(109)	(19)
Impostos, taxas e contribuições	(177)	(2)
Outras despesas administrativas	(347)	(314)
	(4.078)	(1.165)

19. Outras receitas (despesas) operacionais

	31/12/2019	31/12/2018
Outras receitas		
Reembolso de serviços compartilhados (a)	1.738	-
Outras receitas	17	-
	1.755	-
Outras despesas		
Multas sobre tributos em atraso	(2)	-
	1.753	-

(a) A Via Brasil MT-100 compartilha o centro de controle de operações, juntamente com a coligada Via Brasil MT-320, onde todas as despesas administrativas são rateadas e reembolsadas.

20. Resultado financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos de capital de giro	(92)	(8)
Juros fornecedores em atraso	(840)	-
Juros sobre arrendamentos mercantis	(20)	-
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(16)	-
Outras despesas financeiras	(15)	-
	(983)	(8)
Receitas financeiras		
Outras receitas financeiras	1	-
	1	-
Resultado financeiro	(982)	(8)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Resultado por Ação

Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o resultado aos montantes usados para calcular o lucro básico por ação:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prejuízo do exercício	(6.362)	(1.835)
Média ponderada de ações em circulação	18.000.000	18.000.000
Resultado por ações - básico - R\$	<u>(0,3534)</u>	<u>(0,1019)</u>

Diluído: A Companhia não apresentou o cálculo do Resultado por ação - diluído conforme requerido pelo CPC - 41, em razão de não existir fatores de diluição. Portanto, não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

22. Instrumentos financeiros

22.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

Categoria	2019		2018		
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	439	439	3.032	3.032
Clientes	Custo amortizado	2.030	2.030	-	-
Partes relacionadas	Custo amortizado	34	34	226	226
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	23.021	23.021	336	336
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	1.183	1.183	353	353
Passivo de arrendamentos	Custo amortizado	26.164	26.164	-	-
Partes relacionadas	Custo amortizado	22.275	22.275	-	-

22.3. Categoria fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

23. Risco de mercado

- (a) *Risco de taxa de juros:* A Companhia não tem risco de variação de taxa de juros relevante nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Variação da taxa básica de juros pode alterar as condições econômico financeiras do contrato de concessão e melhorar ou piorar a capacidade de investimento da concessionária.
- (b) *Risco de taxas de câmbio:* A Companhia não realiza operações cambiais.
- (c) *Risco de crédito:* A companhia não possui risco de créditos pois não contém em seu grupo do contas a receber, perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa no encerramento do exercício, até o início de cobrança de pedágio.

(d) *Risco de liquidez*: A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e plano de investimento da concessão. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

24. Seguros (não auditado)

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações, respeitando também as obrigações Contratuais que permitem a preservação do Contrato de Concessão.

As apólices de seguro adquiridas pela Companhia no exercício de 2019 garantem a execução do Contrato de Concessão, Responsabilidade Civil, Riscos de Engenharia e Operacionais. As apólices de seguro foram adquiridas junto a seguradoras de primeira linha, autorizadas a funcionar no País pela Superintendência de Seguros Privados - SUPEP assim como estão autorizadas a comercializar as respectivas apólices. Todas as apólices foram previamente submetidas ao escrutínio do Poder Concedente visando garantir o atendimento das condições contratuais e regulatórias.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

A seguir estão demonstrados os limites máximos de indenizações contratados junto as seguintes companhias seguradoras: (i) J. Malucelli pela estruturação da Garantia de Execução do Contrato, (ii) Axa Seguros pela estruturação dos seguros de Riscos de Engenharia do tipo “todos os riscos” e do seguro de Responsabilidade Civil e (iii) Chubb Seguros pela estruturação dos Riscos Patrimoniais e Operacionais.

24.1. Garantia de execução do contrato

O valor da apólice de garantia de execução do contrato foi estabelecido tendo como base de cálculo o valor estipulado no contrato de concessão (cláusula 7), correspondente a 2,00% (dois por cento) do valor da receita bruta prevista para o primeiro ano de operação da Rodovia MT 100, ou até o limite equivalente a R\$ 36.177.430,95 (trinta e seis milhões, cento e setenta e sete mil, quatrocentos e trinta reais e noventa e cinco centavos).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24.2. Riscos de engenharia do tipo “todos os riscos” e do seguro de Responsabilidade civil

RISCOS DE ENGENHARIA

Cobertura básica	53.040
Erros de projeto	53.040
Tumultos, greves e lockout	13.675
Risco do fabricante	53.040
Despesas extraordinárias	13.675
Despesas de desentulho	13.675
Alagamento e inundação	3.000
Períodos de testes	53.040
Equipamentos, móveis e estacionários utilizados na obra	1.000
Salvamento e contenção de sinistros	1.000

RESPONDABILIDADE CIVIL

Obras civis, instalação, assistência técnica e montagem	5.000
Cruzada - Obras civis RC Erro de projeto	5.000
Empregador	1.000
Fundações	5.000
Poluição súbita	1.000

24.3. Riscos operacionais

Cobertura básica	10.000
Obras de engenharia	5.000
Tumultos, vandalismos e atos dolosos	1.000
Incendio, raio e explosão de qualquer natureza	5.000
Danos à equipamentos eletrônicos (baixa voltagem)	1.000
Roubo e furto qualificado (exceto valores)	1.000
Danos elétricos	1.000
Vendaval e fumaça	1.000
Danos causados a objetos de vidros	1.000
alagamento e inundação	1.000

25. Provisão para contingências

A Companhia não possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista.

26. Eventos subsequentes

A Companhia acompanha os processos de evolução da pandemia do COVID-19.A

Administração não identificou necessidade de revisão das Demonstrações Financeiras, por temas relacionados com os riscos do COVID-19, para o exercício de 2019.

A Companhia prevê impacto reduzido do COVID-19 na sua concessão, pela característica de monopólio regulado, podendo afetar evolução de receitas, em especial com a redução de tráfego de veículos no curto prazo.

Cesar Alcides Ferreira de Menezes
Diretor Presidente

Labib Faour Auad
Diretor Administrativo Financeiro e Relações com investidores

Isaac do Nascimento
Contador CRC-PR043806/0-1

* * *